

Marchezan assegura que nova Carta não trará pão ao povo

Da Sucursal de Brasília

Antes de se partir para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, deve-se tratar, já a partir de março, de remover os dispositivos autoritários que ainda permanecem na atual Constituição. Esta é a opinião do líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, 46 anos. Para ele, eliminar do texto constitucional os resquícios do regime autoritário chega a ser mais importante do que elaborar uma nova Constituição.

Embora afirme que aceita sem reservas a convocação de uma Constituinte, o líder governista faz uma advertência: "É preciso desmistificar essa questão da Constituinte. Usando uma expressão talvez grosseira, eu lembraria que uma nova Constituição não terá o condão de trazer mais pão e alimento para o povo. Reconheço que, do ponto de vista jurídico, uma Constituinte representaria o anseio do povo neste momento. Mas uma reforma constitucional que eliminasse resquícios do autoritarismo corresponderia, igualmente, a esse anseio; disso tenho certeza."

Nelson Marchezan acha que a tese da Constituinte "desperta hoje tais esperanças, que dificilmente poderiam ser atendidas. Além disso, trata-se de um processo demorado, talvez comprometedor, num momento em

que os principais problemas do País estão na área econômica, como o desemprego, a inflação e a questão da casa própria".

"Tudo isso, ressalva o deputado, não significa que eu seja contrário à Constituinte. Apenas tenho idéias talvez menos apressadas a respeito. Por exemplo, embora admita que é perfeitamente possível convocar uma Constituinte e eleger delegados especificamente para elaborar uma nova Constituição, sou de opinião que estaremos sendo muito mais práticos se investirmos o próximo Congresso, eleito em 1986, das atribuições de Constituinte. Finda essa tarefa, os parlamentares continuarão desempenhando as suas tarefas congressuais."

Marchezan, portanto, não acha aconselhável eleger a Constituinte em 1985. E observa que há neste ano aspirações bem mais imediatas: "Realizar eleições nas capitais e áreas de segurança nacional, inclusive eliminando-se as áreas que ainda permanecem: acho que está é uma das grandes tarefas dos políticos neste ano."

Outra ponderação do líder do governo na Câmara é quanto à forma de se organizar uma Constituinte. Ele não concorda, por exemplo, que o assunto seja encaminhado fora dos partidos políticos. É contrário a candidaturas avulsas: "O regime democrático repousa nos partidos políticos."